



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000278882**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1029965-63.2024.8.26.0002, da Comarca de Campinas, em que é apelante MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., é apelado COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto da Relatora, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente sem voto), JOÃO ANTUNES E ANA LUIZA VILLA NOVA.

São Paulo, 24 de março de 2025.

**MARY GRÜN**  
**Relatora**  
Assinatura Eletrônica

**VOTO Nº: 37121**

**APEL. Nº: 1029965-63.2024.8.26.0002**

**COMARCA: CAMPINAS**

**APTE.: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**

**APDA.: COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

AÇÃO REGRESSIVA DA SEGURADORA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. Seguradora que pretende o reembolso das despesas cobertas em razão de danos ocasionados em equipamentos domésticos de segurado, por suposta oscilação na rede elétrica. Sentença de improcedência. Apelo da autora. Seguro por danos elétricos. Responsabilidade objetiva da prestadora de serviços. Pagamento de indenizações, pela seguradora, sem prévia comunicação à concessionária. Desprezo à recomendação da Resolução 414/2010 da ANEEL. Ausência de prova cabal apta a comprovar o nexo causal entre os danos e o serviço prestado pela ré. Autora que se baseou em relatórios produzidos unilateralmente. Equipamentos inutilizados, impedidos, portanto, de serem avaliados diretamente. Precedentes. Improcedência da ação. Sentença mantida. Recurso não provido.

**Vistos.**

Trata-se de “AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS” (*sic*) ajuizada por MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. em face de COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL PAULISTA.

Narra a autora que firmou contratos de seguro residencial, através do qual se obrigou, mediante recebimento de prêmio, a garantir os riscos aos quais os imóveis dos segurados estivessem expostos durante o período de vigência das apólices.

Explica que houve a má prestação de serviços

por parte da requerida, em decorrência de sobrecarga na rede de distribuição de energia dos segurados, fazendo com que as unidades consumidoras sofressem forte oscilação de tensão, que resultou em danos a equipamentos domésticos.

Requer a condenação da requerida ao reembolso de R\$17.338,40, correspondente aos prejuízos causados aos consumidores e arcados pela autora.

Dispensada a audiência de conciliação, a r. sentença de fls. 422/427 (disponibilizada no DJe de 24/10/2024— fls. 429) julgou antecipadamente a ação nos seguintes termos:

*“Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, em face de COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ , nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil e, em consequência, extingo o feito, com resolução do mérito.*

*Tendo em vista a sucumbência do polo ativo, deverá ele arcar com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios da parte contrária, que fixo 10% sobre o valor atualizado da causa, com fundamento no art. 85, §2º do Código de Processo Civil, atualizado monetariamente a partir desta data pela Tabela Prática do E. Tribunal de Justiça, incidindo juros moratórios a partir da data do trânsito em julgado desta sentença (art. 85, § 16 do CPC). ”*

Inconformada, apela a autora (fls. 430/451).

*Alega que “Os segurados são clientes da Apelante e estão localizados em área onde a concessionária distribui energia. Contudo, em decorrência da negligência da Apelada, após elevação súbita na tensão de energia, verificaram-se danos aos equipamentos dos segurados, devidamente comprovados pelos laudos e relatórios que estão acostados aos autos.” (fl. 433).*

Ressalta que *“a responsabilidade da concessionária de energia elétrica é objetiva, ou seja, prescinde da demonstração do elemento subjetivo da culpa, porquanto, na qualidade de prestadora de serviço público, recai no texto do artigo 37, 6º, da Constituição Federal, bem como do artigo 620 da Resolução 1.000/2021 da ANEEL.”* (fl. 437).

Sustenta que *“respondendo sob a ótica do “risco administrativo”, a responsabilidade da concessionária de energia elétrica somente poderá ser afastada quando provar que o evento lesivo foi provocado por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, caso fortuito ou força maior.”* (fl. 437).

Aduz que *“é possível verificar que o laudo juntado foi o responsável por atestar a causa dos danos realizados às placas do elevador que atendem o imóvel, não bastando tal realização o perito compareceu ao local para averiguar as causas e novamente concluiu pela ocorrência de danos elétricos.”* (fl. 440).

Defende que *“Em razão da fragilidade de análise nos equipamentos, na maioria dos casos, a perícia é dispensada, até porque inócua e inviável, na medida em que se tratam de peças avariadas e, com o decurso do tempo, sofrem desgaste e oxidação, o que levaria há análise imprecisa e inconclusiva do perito.”* (fl. 449).

Requer, ao final, o provimento do recurso, para julgar procedente da demanda.

Tempestivo, o recurso foi regularmente processado, com as custas de preparo recolhidas às fls. 452/453.

Contrarrazões pela ré às fls. 457/473.

**É o relatório.**

A autora pretende o ressarcimento de valores despendidos com o pagamento de indenização securitária por danos sofridos por suposta falha na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica pela ré.

Primeiramente, anota-se que é inafastável a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a autora indenizou os consumidores finais pelos prejuízos supostamente advindos de falha no fornecimento de energia elétrica, conforme os documentos acostados com a exordial, subrogando-se nos direitos destes perante a fornecedora do serviço.

Destaca-se, ainda, que a ré é concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica aos usuários e, nessa condição, submete-se à disposição do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, sendo-lhe aplicada a teoria da responsabilidade objetiva da administração.

Bem por isso, ocorrendo a prestação imperfeita dos serviços, a princípio, responde pelos prejuízos causados, podendo, porém, comprovar fato excludente de responsabilidade pela aplicação da teoria do risco administrativo. Nesse sentido são os arts. 25 da Lei nº 8.978/95 (Lei das Concessões) e 12 e 14 da Lei nº 8.078/90, que utilizam nos dois últimos dispositivos a expressão *“independentemente da existência de culpa”*. E o art. 22 do Código Consumerista estabelece que *“os órgãos públicos, por si ou por suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais,*

*contínuos”.*

Assim, a fornecedora de serviços somente se exime da responsabilidade se provar: i) que prestou o serviço e o defeito não existe; ii) a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro; ou iii) a ocorrência do caso fortuito ou de força maior.

No mérito, em que se pese o esforço argumentativo da apelante, o recurso não comporta provimento.

Isso porque, não é possível extrair dos autos elementos probatórios fortes o bastante para comprovar nexo de causalidade entre a suposta falha na prestação de serviço pela ré e os danos causados nos equipamentos segurados pela autora.

A autora, com base em relatórios e orçamentos produzidos unilateralmente, procedeu ao pagamento da indenização e ajuizou a presente demanda, sem ter realizado comunicação prévia e administrativa à ré, ceifando completamente a possibilidade de o problema ser analisado e eventualmente resolvido de forma extrajudicial.

Não bastasse, como a própria autora admite, os equipamentos foram inutilizados sem qualquer ressalva, impedindo a realização de perícia judicial sob o crivo do contraditório.

Sobre o tema, a Resolução 414/2010 da ANEEL prevê a necessidade de comunicação do evento danoso à concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no prazo de até 90 dias a fim de solicitar ressarcimento (art. 204, caput), o que possibilitaria a aferição do fato.

Contudo, como supramencionado, a autora desprezou tal possibilidade, lançando a sua sorte em presunção

de veracidade de fatos lastreados em provas unilaterais que, mais uma vez, não merecem crédito.

Não se pretende afirmar de forma inconteste que a seguradora precisava esgotar a via administrativa antes de movimentar a máquina estatal, contudo, para a procedência de seus pedidos, era indispensável a prova do liame causal, ônus do qual jamais se desincumbiu.

Ademais, a apuração de eventual sobrecarga na rede elétrica não revela subsídio idôneo para a procedência da demanda.

Em sentido semelhante, já decidiu esta C. Câmara:

*Ação regressiva. Fornecimento de energia elétrica. Sub-rogação nos direitos do segurado. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Inocorrência de decadência. Ausência de hipossuficiência técnica e/ou financeira. Inversão do ônus da prova que não prevalece. Distribuição dinâmica do ônus da prova reestabelecido. Relatório unilateral sem força probatória suficiente. Ausência de guarda dos bens. Impossibilidade de submissão dos bens à perícia técnica judicial que inviabiliza a defesa da requerida. Impossibilidade de comprovação do nexo de causalidade. Ressarcimento indevido. Sentença reformada para julgar improcedente a demanda. Recurso provido.*

*(TJSP; Apelação Cível 1009047-54.2022.8.26.0084; Relator (a): Rodolfo Cesar Milano; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional de Vila Mimosa - 1ª Vara; Data do Julgamento: 25/11/2024; g.n.)*

*RECURSO DE APELAÇÃO - Ação regressiva movida pela seguradora - Fornecimento de energia elétrica - Alegação de danos causados aos equipamentos do segurado - Sentença de improcedência - Ausência de*

*comprovação do nexo causal entre os danos alegados e eventual falha na prestação do serviço pela concessionária - Inexistência de provas técnicas imparciais, uma vez que os equipamentos danificados não foram preservado para perícia judicial, comprometendo a possibilidade de verificação do nexo causal - Pareceres técnicos, orçamentos e fotografias que não são suficientes para comprovar a origem dos danos, especialmente quando não há registro de danos semelhantes em outros imóveis atendidos pela mesma rede elétrica - A alegação de inviabilidade de preservação dos bens sinistrados por período prolongado não constitui fundamento idôneo para afastar a necessidade de prova pericial, uma vez que a obrigação de conservação decorre dos princípios da cooperação e da lealdade processual, imprescindíveis para assegurar o contraditório e a ampla defesa em litígios de natureza técnica - A responsabilidade objetiva da concessionária, embora aplicável, exige prova concreta do nexo de causalidade, a qual não foi produzida nos autos - Inaplicabilidade da inversão do ônus da prova em razão da ausência de verossimilhança nas alegações, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor – Sentença mantida - Recurso desprovido.*

*(TJSP; Apelação Cível 1044314-60.2023.8.26.0114; Relator (a): Ana Luiza Villa Nova; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 9ª Vara Cível; Data do Julgamento: 22/11/2024; g.n.)*

*APELAÇÃO – AÇÃO REGRESSIVA – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – Alegação de que uma oscilação da rede elétrica causou danos aos equipamentos dos imóveis segurados – Pretensão de ressarcimento em face da concessionária de energia elétrica por meio de ação regressiva – Ausência de comprovação do nexo causal – A responsabilidade objetiva da apelada não dispensa o requisito, também objetivo, do nexo de causalidade, que deveria ser minimamente demonstrado pela apelante – Laudos da assistência técnica superficiais, não permitindo concluir a efetiva ocorrência de descarga elétrica ou oscilação da rede, tampouco a responsabilidade da*

*apelada por tais eventos, além de terem sido produzidos unilateralmente, impedindo que sejam valorados de modo a formar a convicção deste Juízo – Ausência de verossimilhança nas alegações da autora que desautoriza a inversão do ônus da prova de que trata o art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor – Negado provimento.*

*(TJSP; Apelação Cível 1071651-69.2023.8.26.0002; Relator (a): Hugo Crepaldi; Órgão Julgador: 25ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 21/11/2024; g.n.)*

Desta forma, de rigor a manutenção do decreto de improcedência da ação.

A matéria versada na presente ação fica, desta forma, inteiramente prequestionada.

Esclarece-se, por fim, que a oposição de embargos declaratórios manifestamente protelatórios dará ensejo à aplicação da penalidade prevista no art. 1.026, §2º, do CPC/2015, porquanto a resistência ao resultado ora exposto deve ser ventilada através de recurso próprio.

Ante o exposto, pelo meu voto, **nega-se provimento** ao recurso.

O presente apelo foi interposto sob a égide do atual CPC, que determina o arbitramento de honorários advocatícios em recurso (art. 85, § 1º, CPC). Assim, majoro os honorários advocatícios devidos pela autora para os patronos da ré de 10% para 15% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §11º, do CPC.

**MARY GRÜN**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatora